



O DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA PRAIA DA PRINCESA NA ILHA DE ALGODOAL/PA

ANA MANOELA PIEDADE PINHEIRO; RAFAEL CREÃO DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO: Os resíduos sólidos descartados de maneira inadequada, na praia da Princesa, na ilha de Algodoal podem implicar em poluição ambiental, conforme a Lei de Crimes Ambientais. A praia está localizada no estado do Pará e inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA), conforme a Lei de Unidades de Conservação. **OBJETIVOS:** Avaliar a ocorrência do descarte inadequado de resíduos sólidos na praia da Princesa se consistiria na prática de crime ambiental. De maneira específica coletar esses resíduos, pesá-los e separá-los por tipo de material como: plástico, metal, vidro e papel. **METODOLOGIA:** Utilizou-se da pesquisa documental na legislação federal, bem como bibliográfica em artigos de periódicos com metodologia de coleta de resíduos em praias e em livros jurídicos sobre direito ambiental e direito penal, e da pesquisa de campo com a coleta do material entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 2022, nos horários de 16 horas às 18 horas, em uma extensão total de aproximadamente 1 quilômetro (km) de praia, percorrida em dois trechos de comprimentos semelhantes. Durante a coleta foram utilizados sacos com capacidade de 50 litros, luvas, balança do tipo *Portable Eletronic Scale* e aplicativo Bloco de Notas para registro da pesagem. **RESULTADOS:** Verificou-se que no primeiro dia foram coletados 2,750 quilogramas (kg) e no segundo dia 3,390 kg, totalizando 6,14 kg. Dentre os materiais coletados do tipo plástico se registrou tampas, garrafas PET, *nylon*, embalagens de bombom e margarina, cruzeta, isopor, copos e canudos; do tipo metal se coletou embalagens de desodorante e tampas; do tipo vidro foram recolhidas garrafas de bebida alcoólica, como cerveja, vinho e cachaça; e do tipo papel foram coletadas embalagens diversas de papel e papelão. **CONCLUSÃO:** A partir desse estudo foi possível concluir que o volume dos resíduos sólidos e a sua distribuição em toda área estudada indica a ocorrência de crime de poluição ambiental, de acordo com a previsão legal. Atrelado a isso, sugestiona-se o monitoramento anual da área para avaliar a permanência da ação, assim como é esperado, que ocorram medidas de prevenção por parte da gestão pública a partir do uso da educação ambiental.

Palavras-chave: **DIREITO AMBIENTAL; ECOSSISTEMA MARINHO; EDUCAÇÃO AMBIENTAL; POLUIÇÃO AMBIENTAL; UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**